



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**TERMO ADITIVO Nº 01 À CARTA-CONTRATO N. 32/2020.**

**TERMO ADITIVO N. 01 À CARTA-CONTRATO N. 32/2020**

**PROCESSO SEI N. [0003084-49.2020.6.22.8000](#)**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO N. 32/2021, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO), E A EMPRESA LORENZI ENGENHARIA LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS, PROJETOS EXECUTIVOS E PROJETO COMPLEMENTARES DE ESCORAMENTO E REFORÇO ESTRUTURAL DE PILARES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIÇOS DE APOIO E ASSISTÊNCIA À SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DO ESCORAMENTO DO EDIFÍCIO SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE RONDÔNIA – TRE-RO.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e do CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **LORENSI ENGENHARIA LTDA**, inscrito no CNPJ sob o n. 07.211.932/0001-22, com sede na Rua José Bonifácio n. 663 - Sala 103, 1º Pavimento, Bairro Olaria, CEP 76.801-230, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, Telefone(s): 69 - 3229-7254 / 99981-5589, E-mail(s): [leandro@lorensi.eng.br](mailto:leandro@lorensi.eng.br); neste ato representada pelo Senhor **LEANDRO LORENSI DOS SANTOS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade 2205966197/CREA-RS e do CPF 609.768.700-10., doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Autorização constante no Despacho n. 650/2021-GABDG, de 28/05/2021 (evento [0696289](#)), a Manifestação n. 01/2021/SEMAP, de 15/01/2021 (evento [0650597](#)) e Informação n. 26/2021/SEMAP, de 05/03/2021 (evento [0668062](#)), celebram o presente Termo Aditivo, mediante acordo entre as partes, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

### **DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de execução da Carta-Contrato n. 32/2020 (evento [0634174](#)), constante na Cláusula Terceira, Item 2, Subitem 1, Etapa 1, **por mais 36** (trinta e seis) dias corridos, **a contar de 11/01/2021 e data final em 15/02/2021**, sem ônus para o Contratante.

**Subcláusula Única** – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

### **DO FUNDAMENTO LEGAL**

**(Artigo 57, I, §1º, V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, I, § 1º, V da Lei nº 8.666/93, e na Cláusula Terceira, Item 2, Etapa 1, da Carta-Contrato n. 32/2020 (evento [0634174](#)).

### **DA RATIFICAÇÃO**

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

### **DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo. 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA QUARTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 28 de maio de 2021.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	<b>LEANDRO LORENSI DOS SANTOS</b> Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 01 À CARTA-CONTRATO N.  
32/2020/TRE-RO**

**HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**

**Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos  
aditivos/apostilas:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada</b>	<b>Percentual de acréscimo/supressão de aditivo/apostila em relação ao valor inicial</b>
-------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<b>aditivo/apostila</b>	<b>do contrato</b> <b>(Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)</b>
Carta-Contrato n. 32/2020 (assinada em 02/12/2020) – Volume IV do PA (evento n. <a href="#">0634174</a> ).  <u>Vigência</u> de 180 dias corridos, a contar de 02/12/2020;  <u>Execução</u> :  Etapa 1: prazo de 40 (quarenta) dias; e  Etapa 2: prazo de 60 (sessenta) dias.  Valor: R\$ 95.624,60	R\$ 95.624,60	-
1º Termo Aditivo (assinado em ____/05/2021) – Volume IX do PA (evento n. <a href="#">0696432</a> ):  a) Prorrogar o prazo de execução (Etapa 1) por mais 36 dias corridos, a contar de 11/01/2021, e data final 15/02/2021, sem ônus para o Contratante.	-	-

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO****LOPES, Diretora Geral**, em 28/05/2021, às 16:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LEANDRO LORENSI DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 31/05/2021, às 05:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 31/05/2021, às 07:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 31/05/2021, às 11:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0696432** e o código CRC **19C6FC0C**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**MANIFESTAÇÃO Nº 1/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP**

À COMAP

com ciência à Senhora Coordenadora da COSEG,

Trata a presente informação da análise do pedido de prorrogação de prazo de entrega dos projetos de escoramento e reforço estrutural, conforme consta no requerimento contida no evento [0648063](#), tendo como base o contido na Carta Contrato nº 32/2020.

Considerando que estamos acompanhando a elaboração das propostas de soluções de reforço da estrutura do prédio do edifício sede, sendo que realizamos reuniões nos dias 21 de dezembro de 2021, às 15hs e no dia 12 de janeiro de 2021, às 16 hs.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

No dia 21 de dezembro, foi nos apresentados soluções técnicas de possíveis contraventamentos horizontais, entretanto não tinha base de cálculo para aprovarmos a solução, ficando de ser apresentado junto com os anteprojetos

Na reunião do dia 12, a empresa nos apresentou plantas e a forma que seria executado, bem como razões técnicas do reforço, sendo que tal proposta causa menos impacto construtivo e transtornos na execução, além de que o escoramento somente seria feito no momento da execução e nos pontos que serão feitos as intervenções, sem a necessidade de realizar o escoramento de toda a area interdita; o material apresentado, obejto da análise prévia, foi encaminhada via email no dia 13 de janeiro, conforme demonstra os eventos [0649822](#) (Requerimento de Entrega de Documentos); [0649824](#) (Projeto Básico de Escoramento); [0649826](#) (Projeto Básico de Reforço Estrutural); [0649827](#) (Parecer de Solução Técnica de Engenharia); [0649830](#) (Memoriais de Cálculo do Reforço Estrutural), [0649832](#) (Anotação de Responsabilidade Técnica dos serviços) e [0650111](#) (Estudo de Fachada).

A empresa nos informou, verbalmente, por meio de seu representante, que devido a complexidade da elaboração da solução, foi necessário recorrer a outros colegas e instituições de ensino para buscar a melhor concepção do projeto a ser executado, bem como rever alguns ensaios contidos no laudo do perito, sendo que foi observado que o desaprumo do pilar 12 é menor que o contido no laudo pericial, tal identificação foi feito por meio de ação demolitória no Pilar 12, portanto necessitando uma revisão da solução técnica inicialmente pensada. A Contratada encaminhou requerimento complementar, evento [0650247](#), expondo as razões para tal pedido de prorrogação.

Considerando que a Contratada já entregou elementos dos projetos, faltando alguns outros detalhes exigidos pela fiscalização, sendo que tais elementos necessitam de informações de fornecedores, o que temos ciencia da dificuldade que as empresas fornecedores estão tendo em função da pandemia.

Cabendo observar que tal prorrogação não tem reflexos financeiros, pois os detalhes solicitados são complementares e estão contidos dentro da própria concepção dos projetos, bem como não há necessidade de prorrogação da vigência, tendo em vista que a mesma seguirá até a execução da obra, haja vista que a Contratada realizará a fiscalização da execução do reforço estrutural.

Manifesto-me, s.m.j., favorável a prorrogação de prazo de execução, em razão das considerações exposta acima:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

Oportunamente informo:

- O aditivo proposto não gera impactos financeiros sobre o contrato;
- O prazo contratual passará à:
  - Execução: 31/01/2021

Considerando o contido na Cláusula Décima, item 12, subitem 1, da Carta Contrato 32/2020, evento [0634174](#), remeto os presentes autos à deliberação.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Roberto dos Santos Ferreira, Engenheiro Civil**, em 15/01/2021, às 12:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PIMENTEL, Gestor do Contrato**, em 15/01/2021, às 13:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0650597** e o código CRC **8E8CD522**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**INFORMAÇÃO Nº 26/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP**

**À COMAP.**

**À COSEG** para conhecimento da Sr. Coordenadora,

Em complemento à Manifestação nº 1/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0650597](#)) e considerando o decurso do tempo do referido documento desta unidade até a apreciação do requerimento do contratante, informamos que o **prazo contratual de execução** deverá ser prorrogado, conforme demonstrado abaixo:





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- **Prorrogação do prazo de execução a contar de 11/01/2021 e 15/02/2021.**

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA CASTRO, Chefe de Seção**, em 05/03/2021, às 15:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0668062** e o código CRC **60E00C8D**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0003084-49.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial (SEMAP)

ASSUNTO: Análise de Minuta de termo aditivo - Contratação emergencial – Contratação de empresa especializada em serviços comum de engenharia para elaboração de projetos básico e executivo e no apoio e assistência à fiscalização de elaboração de projetos de escoramento e reforço estrutural do edifício sede do tribunal.

**PARECER JURÍDICO Nº 19 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

**I - RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pelo Chefe da Seção de Manutenção Predial (SEMAP), considerando a necessidade da contratação de empresa especializada na elaboração e execução de projeto de recuperação estrutural para atender este Tribunal em decorrência do Laudo Técnico Estrutural SEDE ([0570731](#)) constante no PSEI [0001757-69.2020.6.22.8000](#).





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**02.** Após regular tramitação da contratação emergencial, firmou-se a Carta-Contrato nº 32/2020 com a empresa **LORENSI ENGENHARIA LTDA**, inscrito no CNPJ sob o n. 07.211.932/0001-22 ([0634174](#)) para prestação de serviços de Elaboração de Anteprojetos, Projetos Básicos, Projetos Executivos e Projeto Complementares de Escoramento e Reforço Estrutural de Pilares e Prestação de serviços de Serviços de Apoio e Assistência à Supervisão e Fiscalização do Serviços de Engenharia para a Execução do Escoramento do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO (Lote 01).

**03.** Pela Certidão nº 20/2021, o engenheiro civil Antônio Roberto certifica que a empresa contratada apresento requerimento solicitando a prorrogação do prazo de execução contratual ([0650247](#)) e, através da Informação nº 26/2021 o gestor da contratação e chefe da SEMAP solicita a prorrogação do prazo de execução a contar de 11/01/2021 a 15/02/2021.

**04.** O coordenador da COMAP, em substituição, diante das informações apresentadas, da comprovada diligência da empresa contratada e da manifestação favorável da unidade gestora e considerando as atribuições pela cláusula décima, item 12, 1, da Carta-Contrato 32/2020, **deferiu** a prorrogação pleiteada e encaminhou os autos à unidade gestora para notificar a contratada e adoção das demais providências (DESPACHO Nº 3 / 2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP, evento 0668146).

**05.** Recepcionado os autos a Seção de Contratos – SECONT, elabora a minuta do termo aditivo n. 01 a Carta-Contrato n. 32/2020 para registrar a alteração pretendida ([0671315](#)) e, após, a remessa dos autos a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral – AJDG para emissão de parecer, conforme Remessa nº 35/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SECONT ([0671317](#)).

**É o relatório.**

**06.** De certo que toda alteração de cláusula contratual, em contrato vigente, deve ser anotada em termo aditivo. Com efeito, a prorrogação do prazo de execução na Cláusula Terceira, Item 2, Subitem 1, Etapa 1, da Carta-Contrato n. 32/2020, altera termos inicialmente acordados.

**07.** Pois bem, em análise formal a minuta do Termo Aditivo nº 01 a Carta-Contrato n. 32/2020 ([0671315](#)), percebe-se que o referido



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

instrumento se encontra em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara.**

**08.** Diante ao exposto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da referida minuta ([0671315](#)), estando **apto**, portanto, a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 23/03/2021, às 19:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0674369** e o código CRC **3C192FAA**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0003084-49.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial (SEMAP)

ASSUNTO: Prorrogação de Contratação emergencial – Contratação de empresa especializada em serviços comum de engenharia para **elaboração de projetos básico e executivo e no apoio e assistência à fiscalização de elaboração de projetos de escoramento e reforço estrutural do edifício sede do tribunal.**

**DESPACHO Nº 650 / 2021 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pelo Chefe da Seção de Manutenção Predial (SEMAP), considerando a necessidade da contratação de empresa especializada na elaboração e execução de projeto de recuperação estrutural para atender este Tribunal em decorrência



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do Laudo Técnico Estrutural SEDE ([0570731](#)) constante no PSEI [0001757-69.2020.6.22.8000](#).

Após regular tramitação emergencial, firmou-se a **Carta-Contrato nº 32/2020** com a empresa **LORENSI ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 07.211.932/0001-22 ([0634174](#)), com prazo de vigência de 180 dias para elaboração dos projetos e demais peças técnicas e realização das atividades de apoio e assistência à supervisão e fiscalização do escoramento do prédio sede do TRE-RO (Lote 01).

Nos termos da solicitação nº 10/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP (0683236) o gestor da contratação e chefe da SEMAP relata, em síntese, todas as situações e ocorrências durante a execução da contratação, bem como justifica que a situação que deu causa à contratação emergencial ainda permanece, vez que indispensável a fiscalização das futuras atividades de execução referente à obra de reforço estrutural do edifício sede do TRE-RO - contratação essa que tramita no PSEI [0003199-70.2020.6.22.8000](#), de modo que se faz necessário a prorrogação da vigência contratual por mais 180 (cento e oitenta) dias.

Em cumprimento ao Despacho 573 ([0683864](#)) a SECONT juntou-se aos autos a minuta do segundo termo aditivo à Carta-contrato nº 32/2020 ([0685977](#)), sendo o feito remetido à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0685977](#)).

A AJDG opinou pela possibilidade da prorrogação da Carta-contrato nº 32/2020 ([0685977](#)) e aprovou a minuta apresentada pela SECONT, por estar em conformidade com as normas da Lei n. 8.666/93, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos ([0689246](#)). Registrou, ainda, que não foi autorizada a formalização do Termo Aditivo n. 01 a referida Carta-contrato ([0671315](#)), cuja minuta foi aprovada no Parecer Jurídico 19 ([0674369](#)).

A SAOFC manifestou favorável à prorrogação da Carta-contrato nº 32/2020, nos termos do Parecer Jurídico AJDG ([0689344](#)).

Vieram os autos para apreciação.

Inicialmente faz-se necessário registrar tratar-se de contratação processada de forma direta, por dispensa de licitação *em casos de emergência*, nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93, devidamente **registradas** no processo SEI 0000083-56.2020.6.22.8000 e processo nº 0000221-23.2020.6.22.8000, respectivamente nos eventos [0494124](#) e [0567682](#), com prazo final em 01/06/2021.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

De acordo com o art. 24, inc. IV, da Lei nº 8.666/1993, será dispensável a licitação:

Art. 24. [...]

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços **que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.** (Grifamos.)

Com efeito, o contrato emergencial tem como objetivo atender a uma demanda de forma pontual e imediata ou viabilizar o atendimento de uma necessidade permanente durante o período necessário à realização de uma licitação, quando for o caso, devendo vigorar pelo prazo máximo de 180 dias, contados da data do evento emergencial ou calamitoso, sendo vedada sua prorrogação.

**Contudo, se comprovada a permanência da situação emergencial após a celebração do contrato e o transcurso do prazo originariamente estabelecido, entende-se possível a prorrogação de sua vigência, ainda que além do prazo máximo legal, isto porque o aumento do prazo do contrato é indispensável para fazer frente ao bem juridicamente tutelado ou à situação resguardada pela lei.**

Extraí-se dos presentes autos, nos termos do evento n. [0683236](#), que ainda persistem as situações emergenciais fundamentadoras da contratação, de modo que não restam dúvidas, que o aumento do prazo inicialmente firmado é indispensável para a fiscalização das futuras atividades de execução referente à obra do reforço estrutural do edifício sede do TRE-RO, que tramita no PSEI [0003199-70.2020.6.22.8000](#), atividades estas que envolvem peças estruturais comprometedoras da segurança material e pessoal de parte da área do prédio do edifício sede desta Justiça Eleitoral.

O TCU decidiu nesse sentido em várias oportunidades, dentre elas cita-se:

"Relativamente a essa matéria, a jurisprudência consolidada do TCU é de que é vedada a prorrogação de contrato fundamentado na dispensa de licitação por emergência ou calamidade pública, **exceto em hipóteses restritas, resultantes de fato superveniente, e desde que a duração do contrato se estenda por lapso de tempo razoável e suficiente para enfrentar a situação emergencial.** Exemplos são os Acórdãos 1.667/2008-Plenário, 1.424/2007-1a Câmara, 788/2007-Plenário, 1.095/2007-Plenário bem como as Decisões 645/2002-Plenário e 820/1996-Plenário. (TCU, Acórdão nº 1.022/2013, Plenário, j. em 24.04.2013, grifamos.)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Sendo assim, considerando o prazo final em 01/06/2021, bem como comprovada a permanência das razões que deram causa à contratação emergencial do presente contrato, constata-se a necessidade de sua prorrogação por mais 180 dias a contar de 02.06.2021, prazo **estritamente necessário** para atender à urgência/emergência, já devidamente motivada e fundamentada nos presentes autos, a fim de que se dê a fiscalização das futuras atividades de execução referente à obra do reforço estrutural do edifício sede do TRE-RO.

Some-se a isso que, nos termos da solicitação n. 10/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP (0683236), a unidade gestora pondera que a prorrogação da vigência da contratação pelo prazo pretendido **não ocasionará impacto financeiro no contrato**, informação que reforça, ainda, a vantajosidade da presente prorrogação.

Registra-se, ainda que a minuta de aditamento foi aprovada pela Assessoria Jurídica, cumprindo assim o disposto no artigo 38, parágrafo único da Lei de Licitações e Contratos.

Por fim, nos termos o item 14 do parecer jurídico n. [0689246](#)), verifica-se o registro de que consta nos autos minuta de termo aditivo à Carta-contrato n. 32/2020 prevendo prorrogação em seu **prazo de execução** por mais **36** (trinta e seis) dias corridos, **de 11/01/2021 a 15/02/2021**, sem ônus para o este Tribunal.

Observa-se que a unidade gestora menciona que a empresa contratada apresentou requerimento solicitando a prorrogação do prazo de execução contratual ([0650247](#)) e, através da Informação nº 26/2021 o gestor da contratação e chefe da SEMAP solicita a prorrogação do prazo de execução a contar de 11/01/2021 a 15/02/2021.

O coordenador da COMAP, em substituição, diante das informações apresentadas, da comprovada diligência da empresa contratada e da manifestação favorável da unidade gestora e considerando as atribuições pela cláusula décima, item 12, 1, da Carta-Contrato 32/2020, **deferiu** a prorrogação pleiteada e encaminhou os autos à unidade gestora para notificar a contratada e adoção das demais providências (DESPACHO Nº 3 / 2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP, evento 0668146).

Destarte, diante da necessidade explanada nos autos, **AUTORIZO a prorrogação do prazo de execução da Carta-contrato n. 32/2020 ([0479045](#)), por mais 36 (trinta e seis) dias corridos, a contar 11/01/2021 a 15/02/2021, bem como de seu prazo de vigência por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 31/05/2021 e data final em 26/11/2021**, sem efeitos financeiros para a Administração, com



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fundamento no *art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93, e na Cláusula Terceira do ajuste originário.*

À SAOFC para ajuste da minuta de termo aditivo n. 2, consoante item 11 do Parecer Jurídico n. 43/2021 ([0689246](#)) e prosseguimento do feito, com vistas à efetivação das prorrogações pretendidas.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 28/05/2021, às 12:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0696289** e o código CRC **E80317EF**.

0003084-49.2020.6.22.8000

0696289v26

Criado por 011001942313, versão 26 por 004577222313 em 28/05/2021 12:08:06.